



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 20 / 04 / 1998
C	Q.I.A.P.S.
	Rubrica

**Processo : 10882.001402/90-27**

Sessão : 05 de dezembro de 1995

**Acordão : 203-02.510**

**Recurso : 94.312**

Recorrente : LETÍCIA PASQUINELLI

Recorrida : DRF em Osasco-SP

**ITR - Ação discriminatória seguida de arrecadação, pelo INCRA, em 1979 (Portaria nº 854, de 13 de setembro de 1979), do imóvel objeto da incidência do ITR/90. Exigência infirmada por contra-prova documental. Dá-se provimento ao recurso.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: LETÍCIA PASQUINELLI.

**ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1995

Osvaldo José de Souza  
**Presidente**

Sebastião Borges Taquary  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Sérgio Afanásieff, Mauro Wasilewski, Celso Ângelo Lisboa Gallucci, Ricardo Leite Rodrigues e Tiberany Ferraz dos Santos.

mdm/mas/rs



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 10882.001402/90-27

**Diligência :** 203-02.510

**Recurso :** 94.312

**Recorrente :** LETÍCIA PASQUINELLI

## RELATÓRIO

No dia 28.11.90, a contribuinte LETÍCIA PASQUINELLI, alegando que a área do seu imóvel foi objeto de ação discriminatória pelo INCRA - MT, e desde então foi por este órgão arrecadada, impugnou a Notificação de Lançamento do ITR de 1990 (fls. 04), referente ao imóvel denominado FAZENDA SÃO JOÃO, no Município de Diamantino-MT.

A decisão singular (fls. 27) julgou procedente a exigência, mercê destes fundamentos:

“Considerando que o imóvel arrecadado pelo INCRA deverá ser objeto de uma composição amigável para fins de aquisição, com pagamento em TDA, descontando-se o ITR devido.

Considerando tudo mais que do processo consta,

Julgo IMPROCEDENTE a impugnação e determino a manutenção da notificação de fls. 04.”

Com guarda do prazo legal (fls. 30), veio o Recurso Voluntário de fls. 31/32, juntando a Certidão de Óbito da autuada LETÍCIA PASQUINELLI (fls. 33), bem como a Certidão de fls. 34/35 passada pelo Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis etc., para postular, como postulou, a improcedência do lançamento, ao fundamento de que a área em questão encontra-se em poder do INCRA, desde setembro de 1979, por força da Portaria nº 854, de 13 de setembro de 1979.

Em atenção ao Despacho de fls. 39, juntaram-se aos autos a Petição de fls. 43, o termo de Compromisso de Inventariante, de fls. 44, e a Procuração, de fls. 45, saneando-se, assim, o defeito de representação processual, antes existentes nos autos.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 10882.001402/90-27  
**Diligência :** 203-02.510

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

Verifico, dos autos, que razão assiste à recorrente. De fato, desde 1979, o INCRA tem a posse e o domínio do imóvel, sobre o qual incidiu o ITR de 1990. É o que se verifica, desde a Notificação de Lançamento de fls. 04 até a Certidão de fls. 34/35, passada pelo Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis etc, da qual se destaca este trecho:

“PROPRIETÁRIO: UNIÃO FEDERAL. TRANSCRIÇÃO ANTERIOR: Portaria nº 854, de 13 de setembro de 1979, publicada no Diário Oficial da União, em 19/09 do corrente ano, Portaria essa expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, arquivado neste Cartório. Diamantino, 29 de outubro de 1979.”

Isso posto, considero que, no caso, a recorrente conseguiu demonstrar a procedência do seu pleito, impondo-se, por isso, o cancelamento da exigência, mercê da retomada do imóvel pelo INCRA, desde 1979.

Assim, voto no sentido de dar provimento ao recurso voluntário, para cancelar a exigência, no todo, reformando a decisão recorrida.

É como voto.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1995

SEBASTIÃO BORGES TAQUARY